

# Tobin Tax volta à baila no privilegiado foro do G-20

É com este pano de fundo que volta a debate o estabelecimento, sem seu nome original, da Tobin Tax, proposta pelo Prêmio Nobel de Economia de 1981, James Tobin, e que preconiza a taxação do fluxo internacional de capitais para constituição de um fundo destinado a pelo menos minimizar as desigualdades mundiais decorrentes da especulação de curto prazo.

O debate, agora no privilegiado foro do G-20, que reúne as potências industriais combalidas pela crise e os países pobres de maior desenvolvimento econômico relativo, como Brasil, Rússia, Índia e China, sendo que esta na condição de potência emergente do comércio e da finança mundial, detentora isolada de US\$ 1 trilhão em títulos do Tesouro americano. E de crescentes superávits comerciais, em boa parte gerados pelo que muitos classificam como artificialismo de sua política cambial de manter a moeda chinesa, o iuan, desvalorizada no contexto mundial.

Mas o que fazer para enfrentamento dessa situação que subverte o pensamento econômico tradicional de até pouco tempo atrás?

O governo brasileiro reconhece a situação tanto que, além de taxar em 2% o capital investido em renda fixa e variável, que aqui chega para dar “uma beliscada” no mercado de capitais, tem em gestação uma série de medidas (ver quadro), muitas de longo prazo, para um novo ordenamento no mercado de câmbio, evitando a valorização anormal do real. Anormal é a palavra suave para uma apreciação de 34%, que, em outras épocas, seria denominada, com todo o estradalhaço, de máxidesvalorização.

Essas medidas, entretanto, são consideradas aquém de tímidas pelos especialistas ouvidos pelo *Jornal do Brasil*.

A providência principal e eficiente, no entender do ex-ministro Emane Galvães, seria o fim de incentivos estabelecidos na época em que o Brasil fazia quase tudo para favorecer a entrada de capitais:

— Existe aqui isenção de Imposto de Renda para investidores estrangeiros. O governo é deficitário, não pode abrir mão de receitas. Uma providência para o momento seria pelo menos a suspensão temporária dessa isenção. Depois, elevar para 5, 6 ou 7% o IOF sobre investimentos de curto prazo, pois a alíquota de 2% foi simbólica e não influirá no movimento de capitais — diz Galvães.